

# INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA IGREJA SÃO FREI PEDRO GONÇALVES EM JOÃO PESSOA - PB

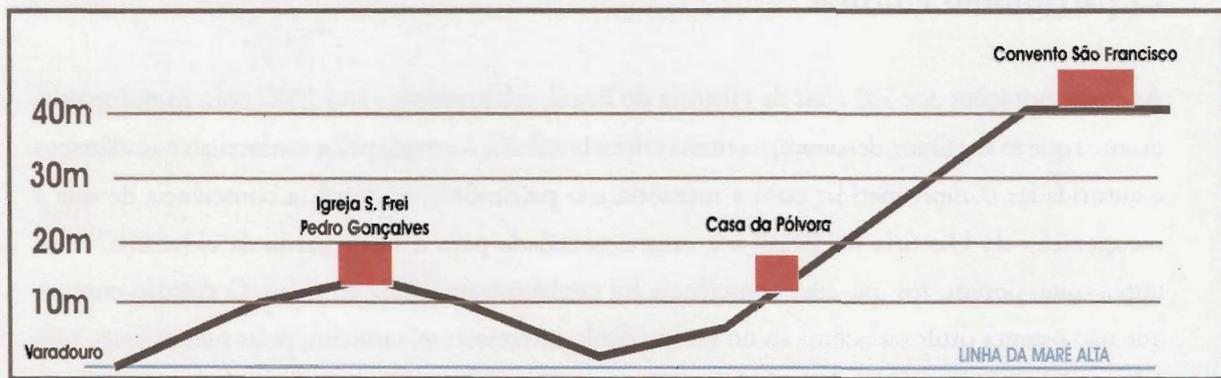
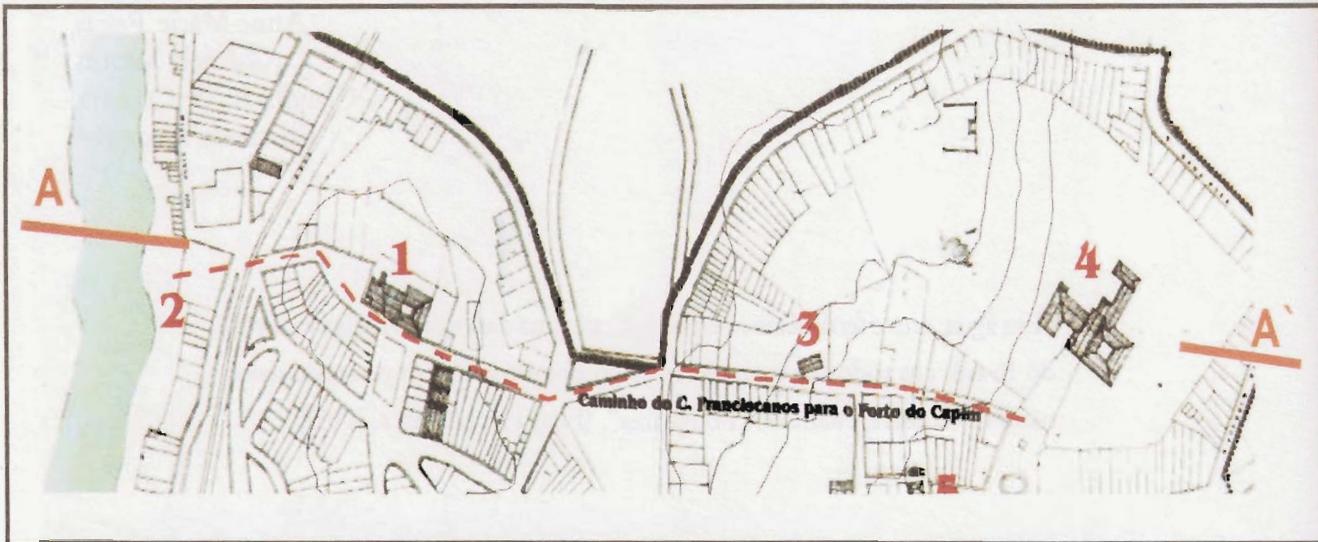
Anne-Marie Pessis  
Gabriela Martin  
Claudia A. de Oliveira  
Elisabeth Medeiros

“Em água, ares e fertilidade , é esta capitania uma das regiões mais saudáveis do Brasil, em todos os tempos tem sido populosa e bem povoada pelos naturais da terra, chamados Potiguares”. (Elias Herkmans, s. XVII).

## O patrimônio cultural

As comemorações dos 500 anos de História do Brasil, celebrados no ano 2000, com os numerosos eventos que se seguiram, deixaram, na massa crítica brasileira, formada pelos intelectuais e acadêmicos e autoridades comprometidas com a memória e o patrimônio nacional, a consciência de que a recuperação da História do Brasil era uma necessidade para a salvaguarda da cidadania. Mais importante, porém, foi que essa consciência foi também transmitida ao povo. O cidadão comum que não ostenta títulos acadêmicos no seu currículo interessou-se, também, pelas suas origens, suas raízes e pelos monumentos do passado e, indo mais além, pelo patrimônio intangível que podemos definir como a memória que se faz história.

País colonizado pelos europeus, a história do Brasil foi escrita desde uma perspectiva eurocêntrica onde, os elementos indígena e escravo, eram apenas modificadores menores. A milenar cultura indígena pouco importava como valor real da nacionalidade. O sentimento indigenista do século XIX foi mais romântico que real, bandeira de alguns intelectuais e poetas como José de Alencar e Gonçalves Dias. É o branco europeu que faz a nacionalidade e dita a história.



Corte A-A' - sem escala

### LEGENDA

- 1- Igreja São Frei Pedro Gonçalves
- 2 Antigo Porto do Capim - Varadouro
- 3- Antiga Casa de Pólvora
- 4- Convento São Francisco

A presença milenar do indígena nas terras do Nordeste, marcada visualmente pela multiplicidade de registros rupestres, pinturas e gravuras, tanto em abrigos sob rochas nas áreas de serra quanto em afloramentos rochosos nas planícies, foi excluída gradativamente da memória social. Questionado em sua condição de ser humano, imputado de inferioridade racial, descrito como bestial, selvagem, ignorante e irrecuperável, sua exclusão foi legitimada e seu genocídio físico e cultural, justificado. Sua cultura perdeu-se sem ter sido conhecida. Sua imagem esfuma-se desde os inícios da história, e sua lembrança, a melhor, é a de ser uma das espécies do Brasil do Descobrimento.

Os 500 anos de história do Brasil determinam, nesse sentido, um corte radical na ideologia do que significa ser brasileiro, com ampla repercussão no imaginário nacional. Da desvalorização do autóctone se passa a uma real e sincera procura das verdadeiras origens, das mais profundas raízes da nacionalidade. Junto à miscigenação genética, valoriza-se a cultural. A defesa do patrimônio cultural toma novo fôlego e o ritmo das restaurações de monumentos se acelera. Nunca, no Brasil, na seara das comemorações dos 500 anos, se restaurou tanto e se elaboraram tantos projetos de revalorização de bairros e conjuntos históricos degradados.

Os antigos conjuntos urbanos, restaurados na sua antiga beleza atraem de novo as classes abastadas que os abandonaram no passado. O encanto do antigo, recuperado, induz a visita da população e estimula a vida noturna à luz de antigos lampiões. Centros culturais instalam-se nesses núcleos, os turistas os freqüentam como alternativa e complemento das praias, embora elas sejam o cartão postal do país.

Nas capitais do Nordeste sente-se esse ímpeto renovador do passado histórico que, sem negar nem renegar das influências das metrópoles européias, valoriza e descobre as raízes autóctones da cultura.

Na Paraíba, esse espírito valorizador do passado histórico é particularmente significativo e iniciou-se muito antes do ano 2000, num esforço pioneiro cujo marco mais impactante foi a restauração do conjunto monumental da igreja de São Francisco e o convento de Santo Antônio.

O entusiasmo pelo passado, na procura das raízes históricas, está firmemente arraigado na consciência das autoridades paraibanas, responsáveis diretas pelo patrimônio cultural sem excluir o rico patrimônio pré-histórico do Estado, tanto tempo negligenciado.

É na recuperação e valorização do patrimônio histórico-monumental onde, como um todo, estão atualmente concentrados os esforços das autoridades estaduais e federais que zelam pelo patrimônio cultural do Estado. Para implementar essas iniciativas de restauração, é necessária a compreensão da história de cada unidade do patrimônio monumental. As pesquisas, realizadas *in situ*, puseram a descoberto a existência de estruturas arqueológicas com de vestígios da presença material de populações pré-históricas que precederam à colonização. As relações entre população indígena e colonização européia emergem das estruturas dos monumentos históricos que foram construídos sobre os vestígios da presença indígena que ocupava o espaço que lhes foi usurpado. São apenas indícios materiais de culturas, que implantavam suas estruturas habitacionais com materiais contingentes, apropriados para assentamentos adaptados às condições ambientais, tecnológicas e de permanência das etnias. Essas populações pré-históricas priorizaram técnicas de aproveitamento dos recursos da natureza para preservar seu potencial de sobrevivência. Tinham formulado explicações e mitos para responder a questões que são preocupações universais da condição humana. Desenvolveram apenas as técnicas necessárias para a sobrevivência imediata e para as atividades rituais, como marcadores de memória social.

Um novo conceito ampliado do que é patrimônio cultural de uma Nação, inclui a dimensão denominada “patrimônio intangível”. São aspectos imateriais das culturas que vinculados a um lugar ou sítio, refletem relações, ritualidades, objetos diretamente funcionais, tradição oral e gestualidade. O patrimônio espiritual e ritual indígena enquadra-se precisamente nesse conceito.

Mas o sentido de um lugar ou sítio refere-se a seu poder evocador de memória, de símbolo. Assim um mesmo sítio pode representar valores diferentes para diferentes comunidades. A criação da cidade de Filipéia de N. S. das Neves, na foz do Paraíba tem uma dimensão intangível a partir da reconstituição do processo de formação urbana colonial associando a ela um *modus vivendi*, um passado de experiências vividas. Os monumentos da época são evocadores dessa fase em que se forja a cidadania paraibana, de cunho europeu. Não ficaram idênticos os monumentos que pudessem evocar o patrimônio espiritual e ritual indígena, da comunidade Potiguar, que tinha lutado desesperadamente por preservar seu território face às reiteradas investidas portuguesas desde o século XVI. O patrimônio intangível das diversas comunidades é parte do patrimônio cultural de uma Nação e como tal deve coexistir.

Evidenciar os vestígios materiais das comunidades extintas de uma nação é um compromisso para o aprofundamento da cidadania e a identidade. A iniciativa de recuperar arqueologicamente os vestígios desse passado é essencial para a compreensão de uma série de acontecimentos que são a base da construção da Paraíba. O que não foi respeitado pela força das ideologias da época pode hoje ser resgatado e colocado no lugar de honra que lhe corresponde. Reescrever a história permitindo a coexistência de todos os protagonistas desse capítulo da colonização do Nordeste do Brasil.

Em termos culturais, é tão importante como a restauração da Igreja de São Pedro Gonçalves, conhecer-se a história desse santo da Igreja Católica, seus milagres nas crenças populares, as romarias e devoções que suscita. Saber-se como o povo o bairro e a cidade, entendem a existência desse santuário de origem marinha. Por outro lado, a descoberta feita durante as escavações arqueológicas, realizadas no solo da igreja atual, de uma capela anterior, possivelmente do século XVIII, obriga-nos, a repensar as mais antigas ocupações históricas do largo, da sua ocupação e uso. Sentimos que somos obrigados a ir mais longe e programar, para futuras pesquisas, a procura dos assentamentos indígenas, anteriores e concomitantes à colonização e que ocuparam intensamente a área onde, depois, se assentaria o Porto do Capim e os primitivos arruados da Filipéia.

Sabemos, pela rica historiografia paraibana, como as terras que depois integrariam a província foram densamente povoadas pelas tribos Tupinambá. Desde o ano seguinte ao Descobrimento, quando as naus de André Gonçalves entraram na Bahia da Traição, os enfrentamentos entre indígenas e portugueses assinalaram a difícil conquista do território paraibano, tanto assim que, somente em 4 de novembro de 1585, foi possível fundar-se a cidade de Filipéia de N.S. das Neves, mesmo que o alvará de fundação date de dois anos antes. Os oitenta e quatro anos que separam essas datas estão cheios de lutas e enfrentamentos entre os donatários das novas terras e os índios, estes aliados aos franceses que, no dizer do historiador paraibano Maximiano Lopes Machado, “*os dominaram astuciosamente pela generosidade e pelo amor*”, frente à brutalidade dos portugueses que chegaram “*a fazer passar que não eram criaturas humanas, porém brutos animais, aos quais não se fazia mal em perder e matar*”. O mesmo historiador faz ainda uma lamentação final ao se perguntar o que fora daqueles índios inocentes e bons que receberam alegremente a Cabral, como escreveu Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal e que, a força da violência e falta de caridade transformou em feras.

Esses episódios tão conhecidos da história oficial luso-brasileira são nebulosos quando pretendemos confrontá-los com a história indígena. É então que se compreende a necessidade de incrementar-se as pesquisas arqueológicas que, associadas a estudos de etno-história, ampliem e completem a verdadeira dimensão da história da Paraíba. Somente pesquisas arqueológicas precedidas de prospecções minuciosas, poderão nos dar o conhecimento dos assentamentos e extensão das aldeias indígenas que existiam na antiga província da Paraíba, seja no litoral ou no sertão e que tanto resistiram à conquista, até o seu extermínio ou aldeamento nas missões religiosas.

Associando-se pesquisas arqueológicas pré-históricas e históricas numa perspectiva etno-arqueológica, pode-se lograr o enlace entre as sociedades indígenas antes e depois da colonização. Pode-se chegar assim ao conhecimento etno-histórico do processo de transformação das culturas indígenas dentro da sociedade colonial. Um exemplo significativo dessa proposta pode-se ver na feitoria de Cristóvam Jacques, na ilha de Itamaracá. As escavações arqueológicas ali realizadas na década de 70, demonstraram o processo de adaptação do aldeamento indígena à primeira feitoria colonial instalada na capitania, mas nenhuma pesquisa semelhante foi nunca realizada na Paraíba.

Pesquisas de arqueologia histórica têm-se realizado ou estão em andamento, em vários municípios do Estado, algumas das quais sob a coordenação da Fundação Casa de José Américo em convênio com o Núcleo de Estudos Arqueológicos da UFPE, tais como em Acauã e Alhandra, mas, no centro urbano de João Pessoa, as escavações arqueológicas realizadas na igreja de São Pedro Gonçalves, foram significativamente pioneiras.

## **São Frei Pedro Gonçalves**

São Pedro Gonçalves é santo protetor dos homens do mar, popular nos séculos XVI a XVIII, mas o seu culto decaiu no XIX, embora as igrejas a ele dedicadas continuem mantidas até hoje pela tradição religiosa, como é o caso das igrejas de Portugal e do Brasil.

Originário da Galiza, na Espanha, o frade dominicano Pedro Gonçalves viveu no século XIII. Foi beatificado pelo Papa Inocêncio IV, oito anos depois da sua morte, em 1246, passando a ser a segunda feira seguinte ao domingo de Páscoa o dia de São Pedro Gonçalves, embora nunca chegasse a ser canonizado. O seu culto estendeu-se a Portugal, especialmente nas cidades costeiras onde foram

construídas igrejas de S. F. Pedro Gonçalves no litoral norte e no Algarve, erguidas por irmandades de pescadores e marinheiros, ou eram igrejas de conventos dominicanos. O culto ao Santo chegou ao Brasil com os primeiros navegantes.

Foram construídas três igrejas no Nordeste, dedicadas ao Santo, uma no Recife, no século XVI, hoje inexistente, mas de localização conhecida no bairro do Recife e onde foi enterrado o irmão de Mauricio de Nassau; também chamada Igreja do Corpo Santo. A outra Igreja foi construída na cidade de Salvador-BA, fundada em 1711 pelo marujo espanhol Pedro Gonçalves, em pagamento a uma promessa feita durante uma tempestade nas águas da Bahia de Todos os Santos. E uma terceira igreja é a da Paraíba, na cidade de João Pessoa, situada na colina próxima ao Porto do Capim, da qual não sabemos a data da sua fundação e construção.

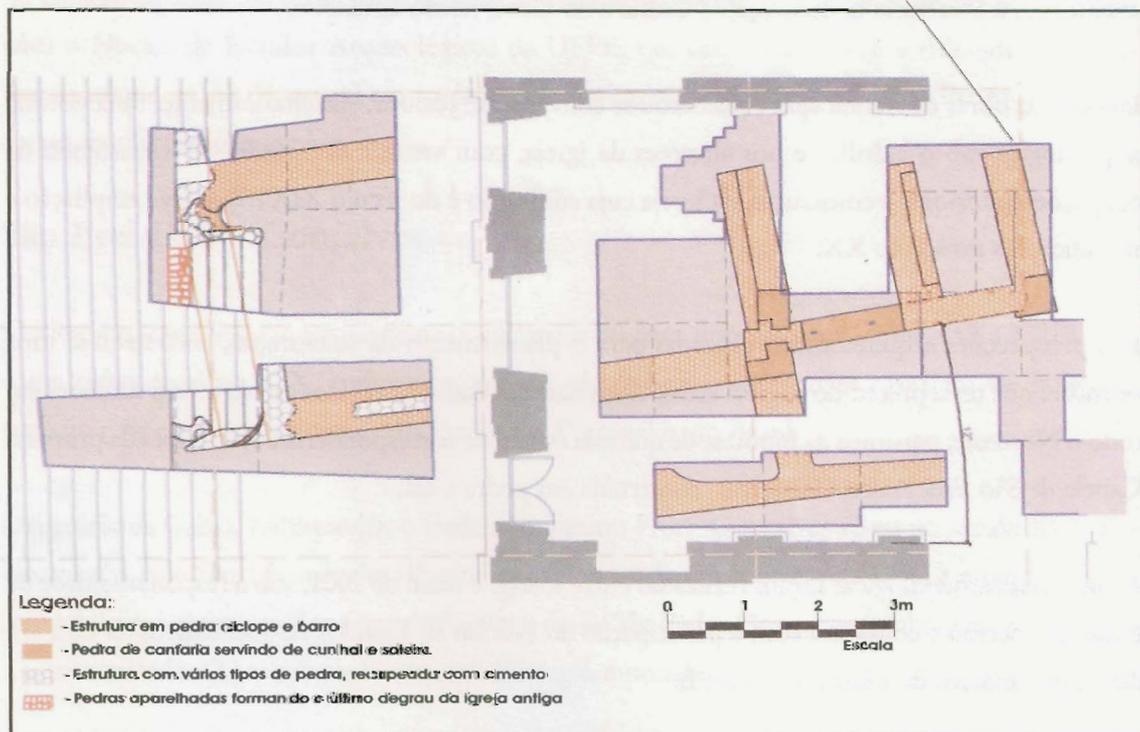
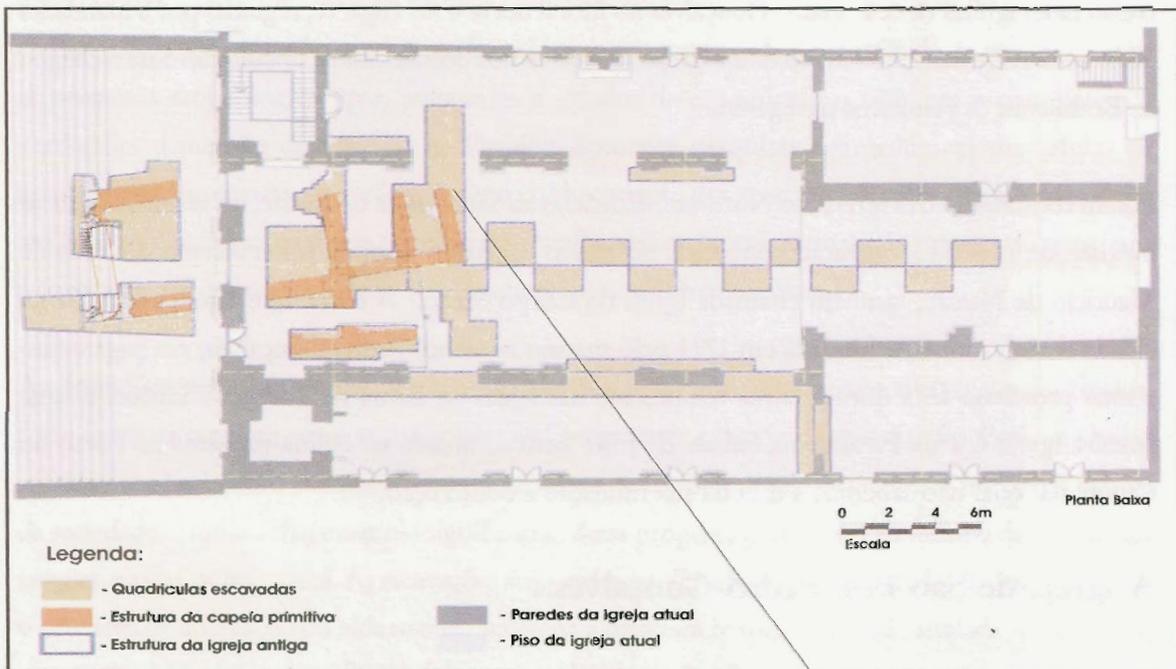
## A igreja de São Frei Pedro Gonçalves

A restauração da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves, situada no largo do mesmo nome, está incluída no Projeto de Revitalização do Centro Histórico da cidade de João Pessoa que, apoiado pelo Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico da Paraíba (PRODETUR), realiza atualmente a Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado.

Durante as obras de restauração considerou-se conveniente realizar, simultaneamente, uma vistoria arqueológica sob o ladrilho e nos alicerces da igreja, com vistas a determinar-se a existência de ocupações anteriores à construção da Igreja cuja edificação é do século XIX e que teve ampliação e modificações no século XX.

Nas prospecções arquitetônicas realizadas para o planejamento da restauração, encontrou-se uma estrutura que teria precedido à Igreja atual. Com base em dados históricos de estruturas similares em todo o Nordeste, partimos da hipótese de que essa estrutura corresponderia aos alicerces da primeira Capela de São Frei Pedro Gonçalves, construída em pedra e cal.

As pesquisas arqueológicas foram realizadas entre março e maio de 2001, sob a responsabilidade da Fundação Seridó e contaram com a participação do Núcleo de Estudos Arqueológicos da UFPE e do Departamento de História da UFPB.



A evolução urbana de João Pessoa é fartamente conhecida através da cartografia existente e de numerosos estudos de historiadores e arquitetos paraibanos. José Luis Mota Meneses, no seu trabalho “*Algumas notas a respeito da evolução urbana de João Pessoa*”, sintetiza didaticamente, as representações gráficas de João Pessoa confrontado-as com as descrições existentes desde os primórdios da cidade. Nenhuma referência aparece, porém, nesse trabalho nem há descrições antigas referentes à existência de uma igreja ou capela dedicada a São Frei Pedro Gonçalves, anterior a segunda metade do século XIX. A falta de informações textuais aumenta assim a importância dos achados arqueológicos nessa igreja, demonstrativos sem dúvida, a existência de uma capela mais antiga no lugar onde depois se levantaria a atual Igreja dedicada ao santo dos marinheiros.

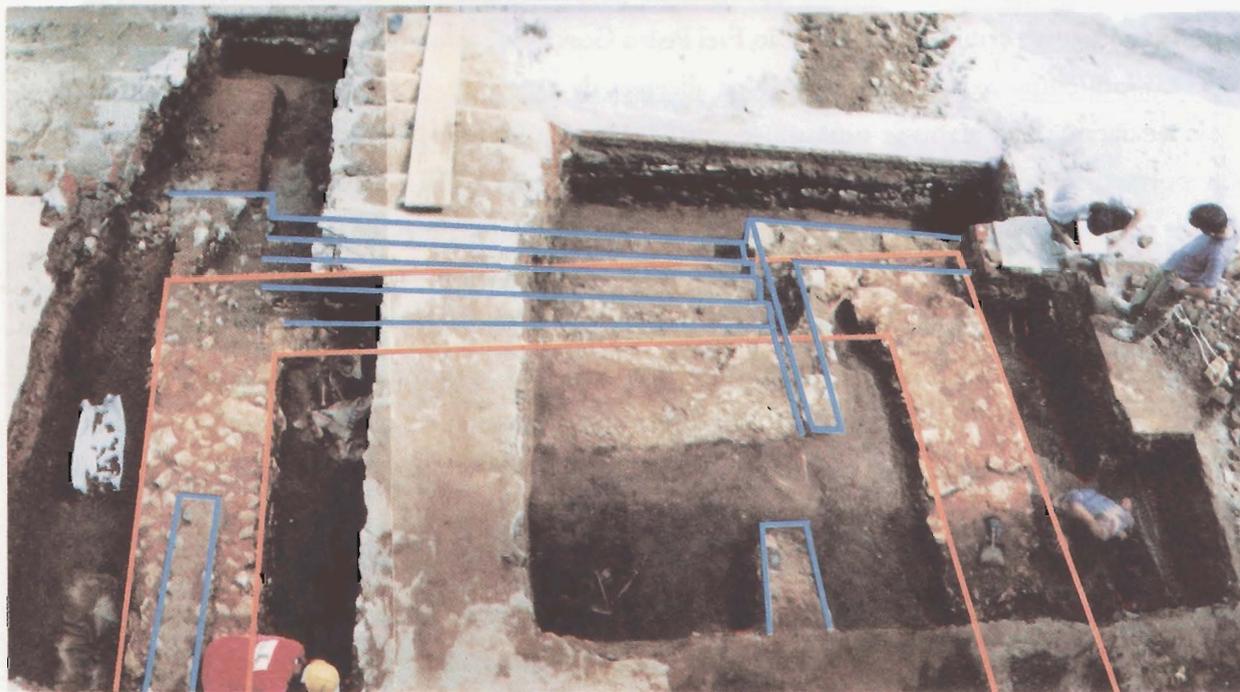
Quando Martin Leitão parte de Pernambuco, em 1585, para fundar a Filipéia, “acompanhado de famílias, soldados e material de guerra”, a devoção a São Frei Pedro Gonçalves estava já arraigada na colônia, demonstrada pela Igreja já construída no Recife no século XVI, dedicada a este Santo. Localizada em um antigo arruado de pescadores e marinheiros, perto do porto.

A freguesia de N.S. das Neves com a chegada do primeiro vigário é criada em 1586. Existiria já, nessa época, uma ermida dedicada a São Frei Pedro Gonçalves, construída na colina sobre o Porto do Capim, como existia no Recife? Nos alicerces da capela, que as escavações arqueológicas evidenciaram, encontrou-se uma moeda de D. Maria e D. João III datada de 1778, achado importantíssimo que comprova a existência da capela no século XVIII, construída em cantaria. Essa pode não ter sido a primeira capela e somente a título de hipótese, pode-se pensar na existência de uma ermida anterior, precária e singela, fundada pelos primeiros marinheiros ali chegados. A historiadora Eliete Gurjão comenta a construção da igreja de São Pedro Gonçalves “*no sopé da colina, na área conhecida como Varadouro*”. É realmente um ponto alto do centro histórico de João Pessoa, lugar ideal para o início da nova cidade, de onde se dominava o rio e o porto e não longe da aldeia dos Tabajaras, com os quais se firmara a paz em 1585.

Os primeiros núcleos urbanos do Brasil, no século XVI, situaram-se predominantemente em lugares altos, seguindo a tradição portuguesa. Como exemplo característico desse padrão, podemos citar as cidades de Olinda, Salvador e o Rio de Janeiro. De forma semelhante, a cidade fundada por Martin Leitão foi situada no alto de uma colina próxima ao rio Sanhauá.

O núcleo antigo de João Pessoa, também denominado centro histórico ou cidade alta teve como limite ao sul, a capela de São Gonçalo, construída pelos jesuítas, próxima a aldeia dos Tabajaras e, ao norte, o convento de São Francisco fortificado em 1637, o convento do Carmo e o dos Beneditinos, a Igreja de N. S. das Neves e a Casa da Pólvora.

Após o domínio dos holandeses constroem-se novas igrejas e se faz a ampliação e o término das grandes edificações. Materiais como madeira e pedra calcária eram encontradas com abundancia nas proximidades da cidade. Nesse período, na cidade alta havia três mosteiros, o de Santo Antônio, dos Franciscanos, o dos Beneditinos e o dos Carmelitas. Existia também a casa dos Jesuítas, e as igrejas de São Gonçalo (demolida), da Misericórdia e do Senhor do Bonfim, hoje Matriz de Lourdes, a igreja de N. S. do Rosário na rua Direita (demolida), a de N. S. Mãe dos Homens (demolida) e a das Mercês, também demolida.



#### Legenda:

- Estrutura Igreja Antiga
- Estrutura Capela Primitiva

Imagem registrada desde o coro da igreja atual

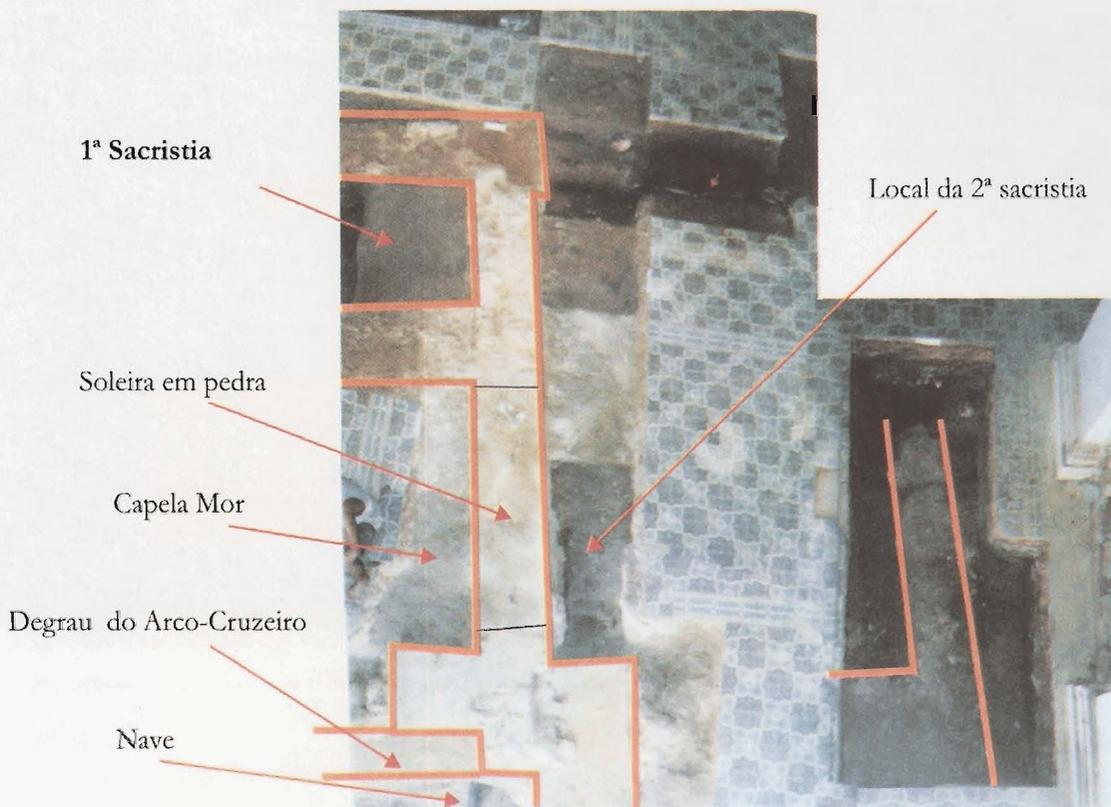
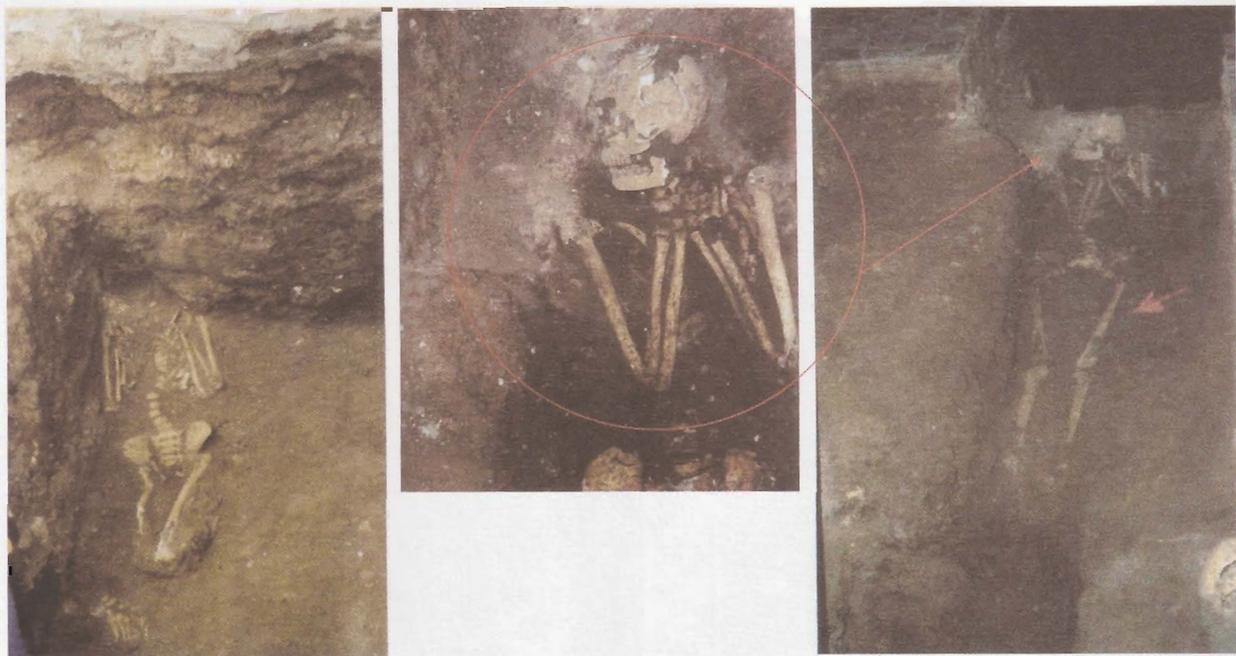


imagem registrada desde o coro da igreja atual

Do mesmo modo que em Olinda e Salvador, a capital paraibana recebeu numerosas ordens religiosas desde os primórdios da conquista e o número de conventos e igrejas foi muito superior à densidade populacional que, até começos do século XIX não passou de 3000 habitantes. No meio de tantas igrejas e ricos conventos, a primitiva igreja de São Frei Pedro Gonçalves não chamaria a atenção nas suas dimensões acanhadas a não ser pela posição privilegiada, no alto da colina, e a devoção dos homens do mar.

As escavações arqueológicas realizadas na igreja de São Frei Pedro Gonçalves evidenciaram três momentos arquitetônicos distintos no processo histórico da igreja:

- 1 – A estrutura de uma capela, construída possivelmente nos séculos XVII a XVIII.
- 2 – As escadarias da primeira igreja, construída entre fins do século XVIII e princípios do XIX.
- 3– A ampliação da primeira igreja com as conseqüentes transformações, que configuram a estrutura atual.



Enterramentos, evidenciados na área externa à estrutura da capela

A capelinha de pedra e cal, com uma nave de aproximadamente 5m de largura e 15m de comprimento, foi demolida para poder-se construir uma igreja de maiores proporções. No seu interior encontraram-se grandes quantidades de ossos quebrados e desarticulados, esqueletos de adultos e crianças, sugerindo a possibilidade de que no momento da demolição, devem ter sido retirados enterramentos existentes dentro ou no entorno da capela, e jogados dentro da ruína da mesma. Porém, nas paredes laterais da capela encontraram-se também esqueletos completos em conexão anatômica, o que leva a deduzir que continuou a se enterrar no interior da nova igreja. Havia maior concentração de esqueletos na área em torno da capela demolida, dentro da igreja atual, situados a partir de 25 cm., até uma profundidade de 105 cm.

No lado externo da fachada da igreja atual, apareceram os alicerces da capela primitiva, e sobre a parede frontal constatou-se que, depois da demolição, foi construída a escadaria da primeira igreja. Quando se levantou o piso e se construiu outra escadaria sobre a anterior, verificou-se que os degraus da antiga foram também utilizados como lugar de enterramento.

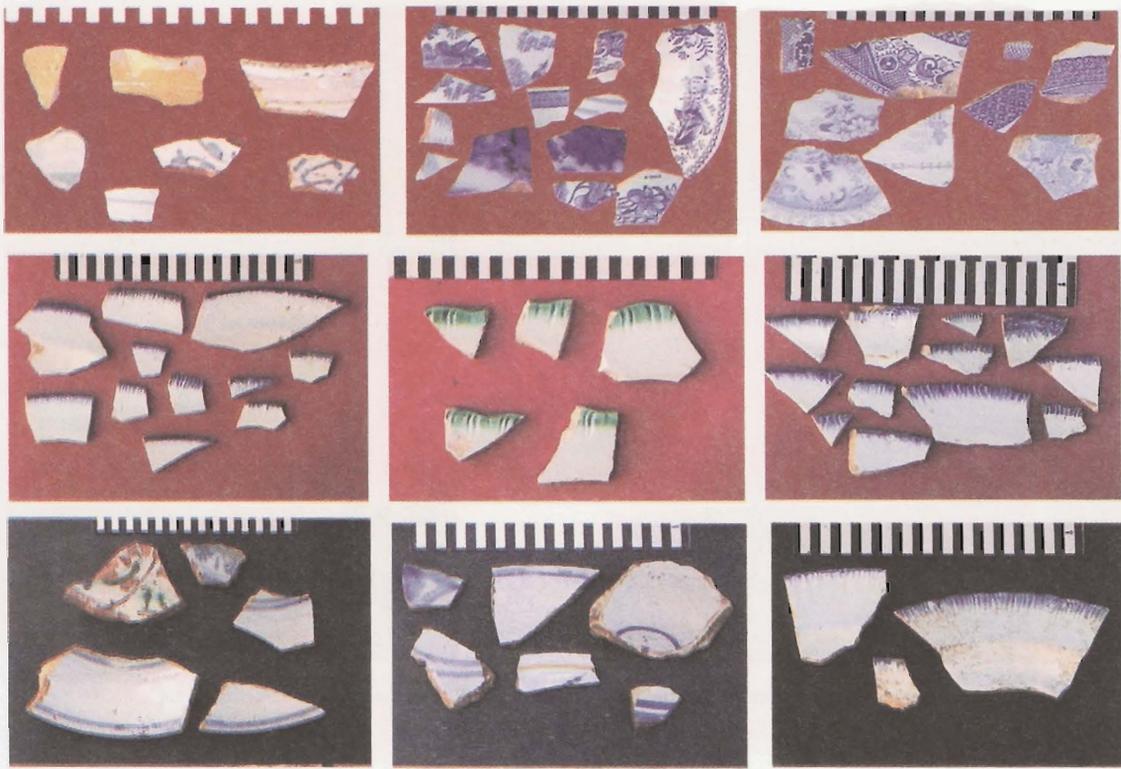


Ossos humanos encontrados na estrutura da parede da capela, e apoiados sobre os degraus da velha Igreja

Restos de reboco de cores diferentes, encontrado no interior da capela, indicam a existência de decoração interna policrômica, provavelmente no arco cruzeiro. Tanto a capela como a igreja, tiveram o piso em tijoleira antes da colocação do ladrilho hidráulico, já no século XX. Moedas, louças e faianças do século XIX, coletadas durante as escavações, informam sobre evolução e uso da igreja de São Frei Pedro Gonçalves nessa fase preliminar das escavações.



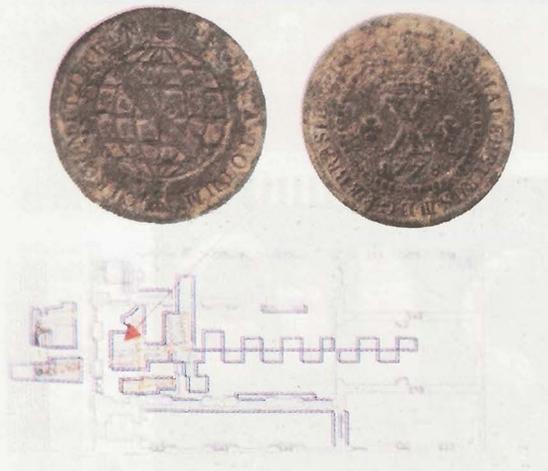
Reboco com pigmentos policrômicos encontrados na escavação junto ao arco cruzeiro



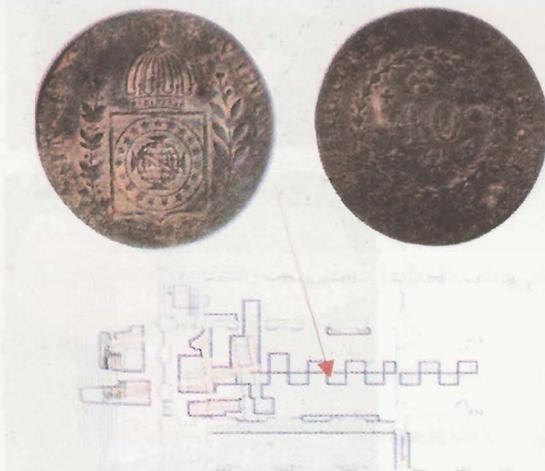
Louças e faianças encontradas na escavação

A continuidade dos trabalhos de escavação deverá ser completada, futuramente, com a ampliação da área das pesquisas arqueológicas. A revitalização do Centro Histórico não é apenas um trabalho de restauração arquitetônica dos prédios do período colonial. É também uma pesquisa histórica e pré-histórica, que procura integrar numa unidade analítica as duas comunidades, a indígena e a europeia. São as relações desse período que interessa salientar para se compreender de que maneira o espaço era utilizado pela comunidade indígena e como se produz a implantação europeia no mesmo espaço. Pretende-se ir além da distribuição urbana do centro histórico, que aparece como um produto final. Interessa o processo em que se constroem prédios coloniais de referência em torno dos quais se multiplicarão as moradias. Importa também reconstruir como se produz essa transformação do espaço indígena ao espaço colonial.

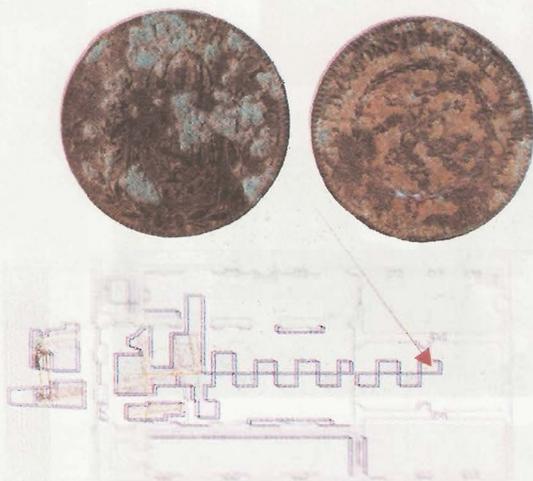
O setor do Centro Histórico, onde está localizada a igreja de São Frei Pedro Gonçalves é mais baixo em relação ao posicionamento das outras igrejas e mais próximo à foz do rio Paraíba. O conhecimento sobre a relação indígena/europeia foi essencial para a existência da cidade de João Pessoa.



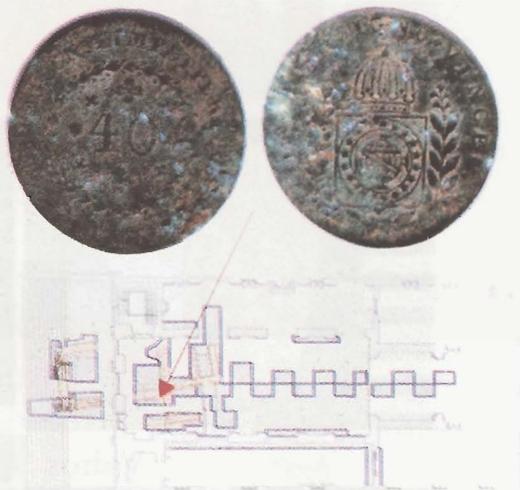
Moeda encontrada no aterro da capela primitiva a 50cm de profundidade. No anverso, esfera armilar com a inscrição MARIA I ET PETRUS III D.G.P. ET BRASIL. Ano 1778.



Moeda de 40 réis, encontrada na escavação a 30cm de profundidade do piso da igreja atual. Data ilegível.

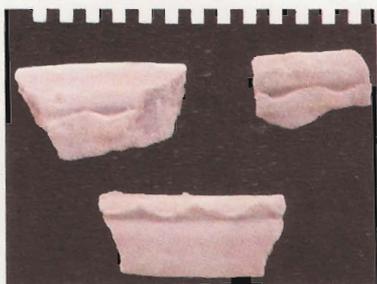


Moeda encontrada na escavação a 45cm de profundidade em relação ao atual piso da Igreja. Ano 1832



Moeda de 40 réis, encontrada na escavação a 36cm de profundidade, data ilegível.

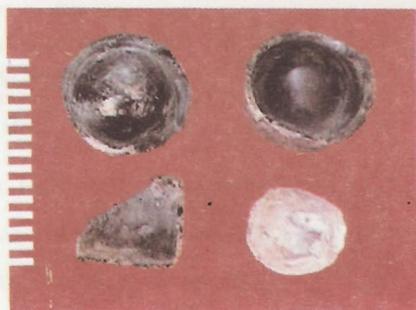
Cerâmica



Grês



Vidros



Anne-Marie Pessis - Universidade Federal de Pernambuco - pparq@terra.com.br  
Gabriela Martin - Universidade Federal de Pernambuco - gmarvila@terra.com.br  
Cláudia A. de Oliveira - Universidade Federal de Pernambuco - Olivas@hotmail.com.br  
Elisabeth Medeiros. Beth\_Medeiros@hotmail.com.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Horacio.(1994) **Contribuição para uma bibliografia paraibana.** (3ª edição) União Ed. Biblioteca Paraibana, João Pessoa.
- \_\_\_\_\_ (1966) **História da Paraíba.** Imprensa Universitária, João Pessoa
- GURJÃO, Eliete de Queiros.(2000) História. In: Mapeamento cultural da Paraíba. Fundação Casa de José Américo Secretaria de Educação e Cultura, João Pessoa.
- HERCKMANN, Elias. (1959-1964) Descrição geral da Capitania da Paraíba. **Revista da Faculdade de Filosofia da Paraíba.** Vol. 2, 1959-64,, n.4. João Pessoa.
- MACHADO, Maximiano Lopes. (1977) **História da Província da Paraíba.** Ed. Universitária da UFPb. Reprodução da edição de 1912 com estudo introdutório de José Octavio.
- MENESES, José Luis Mota. ( 1985 ) **Algumas notas a respeito da evolução urbana de João Pessoa.** Recife, 1985.
- ICOMOS. **Nouvelles .** Conseil International des Monuments et des Sites.
- Marilyn C Truscott “Valeurs immatérielles: patrimoine d’ Australie” p 4/11, volume 10 no. 1, mars 2000.